



**“SE O LIVREIRO É ASSIM CRIMINOSO, O QUE SERÁ DO AUTOR?”¹:
REPRESENTAÇÕES ACERCA DO PAPEL DOS LIVREIROS NA ÉPOCA
MODERNA**

VERÔNICA CALSONI LIMA*

1. Introdução

Na Época Moderna, os livreiros eram personagens que ocupavam um espaço fundamental no mercado de textos impressos. Em um período no qual a atividade editorial ainda não era realizada por profissionais específicos, isto é, pelos editores, eram os livreiros e os impressores que assumiam essa função (MOLLIER, 2009). No caso dos livreiros, além de serem comerciantes, eles, como notado pelo historiador francês Roger Chartier, desempenhavam “(...) um papel essencial na mediação cultural inventando as fórmulas capazes de associar repertório textual e capacidade produtiva” (CHARTIER, 2002: 75).

Essa posição de destaque fazia com que eles fossem personagens que chamassem atenção nas sociedades nas quais estavam inseridos. Consequentemente, muitas vezes eram representados na literatura, na pintura, entre outros. Por um lado, esses personagens eram enaltecidos por sua importante função na difusão do material impresso. Por outro, como observado por Chartier, não era incomum encontrar percepções negativas acerca do trabalho de impressores e livreiros, pois também eram vistos como personagens gananciosos, apenas interessados no lucro obtido por meio da prensa e da venda de livros (CHARTIER, 2007: 106-107).

Tendo isso em vista, no presente artigo, temos como objetivo examinar as representações acerca dos livreiros e de suas funções na Época Moderna. Para abordar esse problema, focamo-nos no caso da Inglaterra da época da Restauração, isto é, da década de 1660, quando diversas reformulações do sistema de censura alteraram o funcionamento do mercado livreiro. Esse recorte espaço-temporal, por representar um momento de ruptura, é

¹ Utilizamos, como referência para o título, uma citação da tradução inglesa dos *Sonhos de Dom Francisco de Quevedo Villegas*, publicada em 1667. No original, a frase diz: “(...) If the *Book-seller* be thus Criminal, what will become of the *Author*?” (L., 1667a: 187-189). Tradução livre.

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP), com orientação da Prof.^a Dr.^a Ana Paula Torres Megiani e do Prof. Dr. Luís Filipe Silvério Lima. Bolsista FAPESP, processo 2017/06970-2, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

particularmente interessante para a reflexão a respeito das tensões que perpassam a atuação dos livreiros e das percepções sobre seu trabalho.

2. Os livreiros ingleses

Desde a intensificação do uso da prensa na Inglaterra, isto é, do século XVI, a importância dos livreiros no mercado de textos impressos não se dava apenas pelo fato de atuarem como editores e vendedores de diversas obras, mas por, muitas vezes, também serem os detentores dos direitos de cópia e distribuição dos livros e panfletos que publicavam. Naquela época, o autor não tinha posse – no sentido burguês da palavra – sobre sua própria obra. A propriedade sobre um texto não era atribuída à criatividade e inventividade da pessoa que o escreveu, mas sim aos seus produtores materiais. Sendo assim, não havia a noção de propriedade autoral/intelectual, mas sim de uma posse material sobre um título. Esse direito, portanto, era majoritariamente garantido aos impressores e/ou livreiros que tivessem o privilégio de imprimir e vender um determinado texto. Esse privilégio era assegurado no momento em que o livreiro ou impressor registrava o título a ser publicado na Stationers' Company – corporação que regulamentava todo o mercado de impressos da Inglaterra desde 1557 – e adquiria o chamado *right in copy*, que diferentemente do nosso moderno *copyright* voltava-se apenas para o direito de copiar e disseminar um texto, e não para a concepção de uma propriedade imaterial sobre a inventividade do autor (CHARTIER, 2012; ROSE, 1994; PORTELA, 2003; SOUZA, 2013; FEATHER, 1992).

Se esse direito garantia aos impressores e livreiros que seu investimento financeiro na publicação de uma determinada obra fosse protegido – já que nenhum outro livreiro ou impressor poderia desfrutar do privilégio de publicar (legalmente) aquele texto –, ao mesmo, a posse de um texto era usada como forma de controle da imprensa (MCELLIGOTT, 2009; MCELLIGOTT, 2012). O dono de uma obra poderia ser responsabilizado pelo seu conteúdo e, por isso, punido. Ainda que os autores tenham, desde cedo, sido alvos dos instrumentos de censura do Estado e da Igreja (FOUCAULT, 2001: 274-275), é preciso frisar que, como notado por Jason McElligott, punir um autor ou vendedor ambulante, por exemplo, era uma tarefa bastante árdua devido à mobilidade desses personagens pelas cidades. Contudo, censurar uma casa livreira ou oficina de impressão era uma tarefa mais prática, uma vez que se tratavam de locais fixos aos quais as autoridades poderiam se voltar (MCELLIGOTT,

2007: 169). Por esse motivo, muitos tipógrafos e livreiros foram, ao longo do Período Moderno, presos, multados ou mesmo condenados à morte devido a publicações consideradas controversas.

Esse duplo aspecto do *right in copy* certamente deixava os livreiros cientes dos riscos que corriam, tanto os financeiros – no caso de lançarem obras que não fossem bem recebidas pelo público leitor –, como os criminais – no caso de publicarem textos polêmicos ou sediciosos, e se tornarem alvos dos sistemas de censura (DARNTON, 1992). Por essa razão, os contratos estabelecidos com autores costumavam proteger os impressores e livreiros que investiam financeiramente na composição da obra, privilegiando seus ganhos em detrimento dos escritores, que recebiam muito pouco por seus trabalhos (PORTELA, 2003).

A situação de desvantagem na qual os autores se encontravam certamente estimulava divergências entre eles e os livreiros. Talvez seja por isso que muitos livreiros foram alvos de denúncias de escritores, que os acusavam de serem oportunistas e pouco confiáveis. Por vezes, alguns autores também expressavam seu receio com relação aos tipógrafos e livreiros ao se negarem a publicar seus textos, optando por difundi-los por meio dos manuscritos, uma alternativa vista por eles como mais segura (EZELL, 2009).

a) Oportunistas e Falseadores

Visando discutir essa perspectiva negativa a respeito das atividades dos agentes livreiros, debruçamo-nos sobre um episódio específico, bastante significativo das representações desses personagens como figuras perniciosas: o do livreiro Livewell Chapman, cuja livraria sediada numa pequena viela no centro de Londres foi responsável pela publicação de centenas de panfletos e livros controversos, que, por meio de perspectivas profético-políticas, atacavam as autoridades inglesas no conturbado período da Revolução Inglesa (1640 a 1660).

Nesse contexto de grande turbulência política e social, no qual a monarquia de Carlos I foi derrubada e o governo sofreu diversas transformações ao longo de 20 anos de instabilidade, as instituições responsáveis pela censura e pelo controle da imprensa perderam força. A situação levou a um sensível aumento no número de publicações de toda sorte de

textos (como jornais, cartas, petições impressas, panfletos, entre outros), como pode ser visto no Gráfico I (RAYMOND, 2004).

Foi nesse momento que agentes do mercado de impressos conseguiram ampliar seu espaço de atuação. Livewell Chapman, por exemplo, que esteve à frente da livraria sob o signo da coroa (Crown) em Pope's Head Alley, centro de Londres, conseguiu vender cerca de 200 títulos (entre primeiras edições e reimpressões) entre 1651 e 1665, número bastante significativo se comparado a outros livreiros das décadas anteriores ao contexto revolucionário. Embora Chapman tenha gozado de maior “liberdade de imprensa”, ele não deixou de ser alvo das tentativas de reestruturação dos sistemas de censura, sobretudo, durante o período do Protetorado, quando acabou na prisão diversas vezes por dispersar conteúdo considerado sedicioso, uma vez que atentava contra o regime de Oliver Cromwell (LIMA, 2016; BELL, 2004; ROSTENBERG, 1965).

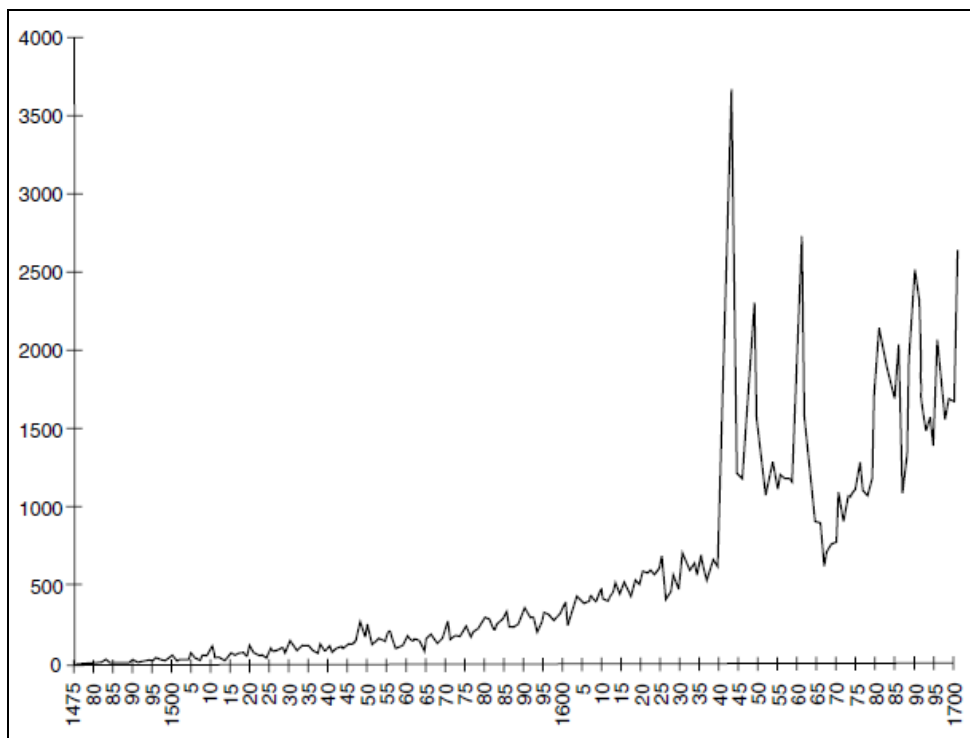


Gráfico 1: Gráfico da produção livreira entre 1475 e 1700, elaborado por Bell e Barnard (BARNARD, MCKENZIE, BELL, 2002: 786).

Os riscos de ter uma imprensa livre de constrangimentos certamente representavam um perigo para a estabilidade política. Não é à toa que uma das primeiras medidas de Carlos II, ao recuperar o trono inglês em 1660, foi restabelecer a censura. Em 1663, as novas leis de censura não deixavam a regulamentação do mercado livreiro apenas nas mãos da Stationers' Company, mas sim do *Surveyor of the Press*, cargo de censor atribuído a Roger L'Estrange, crítico do republicanismo que, em diversos de seus textos, denunciou autores, livreiros e impressores radicais como personagens perigosos para a manutenção da ordem. L'Estrange, inclusive, apontou Chapman como um desses livreiros perigosos (KEEBLE, 2002; GREAVES, 1986).

A polêmica entre o censor e o livreiro aparentemente era algo conhecido, pois foi mencionada em um título lançado em 1667, talvez já depois da morte de Chapman (sobre a qual não encontramos documentos, mas inferimos que tenha sido pouco depois de sua livraria deixar de publicar, em 1665) (LIMA, 2016). A obra em questão era uma tradução satírica dos *Sonhos de Dom Francisco de Quevedo Villegas*. O texto, originalmente lançado em espanhol entre 1627 e 1631, ganhou uma versão inglesa, assinada por R. L., iniciais que rapidamente foram atribuídas pelo público leitor a L'Estrange (embora o censor nunca tenha reivindicado sua autoria sobre a tradução) (LOVE, 2007).

No texto, os primeiros sonhos eram críticos aos vícios e erros de diversos tipos sociais da época, dentre eles: os livreiros. Nos sonhos sobre o Inferno, Quevedo encontrava um livreiro, e descrevia o episódio da seguinte maneira (GONZÁLES, 2004: 9-10, 21):

Passei em seguida por uma passagem muito escura, quando por meu nome me chamaram. Virei para a voz os olhos, quase tão medrosa quanto eles, e falava-me um homem que pela escuridão não pude espiar mais do que a chama que o atormentava me permitia.

- Não me reconheces? -me disse-, a... – já o ia dizer- ... - e prosseguiu, depois de seu nome-, o livreiro. Pois eu sou. Em quem pensavas?

E é verdade Deus que eu sempre o suspeitei, porque era sua tenda o bordel dos livros, pois todos os corpos que tinham eram de gente da vida, escandalosos, e zombeteiros. Um rótulo que dizia: “Aqui se vende tinta fina e papel batido e dourado”; podia condenar a outro que tivesse a necessidade de mais apetite por ele.

- O que queres? -me disse, vendo-me suspenso tratar comigo sobre estas coisas-, pois é tanta a minha desgraça que todos se condenam pelas más obras que tem feito, e eu e todos os livreiros nos condenamos pelas obras más que fazem os outros (...)

Mais ia dizer, mas um demônio começou a atormentá-lo com chumaços de folhas de seus livros e outro para ler alguns deles. Eu vi que eu não já falava, fui-me em frente dizendo para mim mesmo:

Se há quem se condena pelas más obras alheias, o acontecerá com aqueles que as próprias fizeram? (QUEVEDO, 1627: s.n.p.)³

O trecho mostra como a figura do livreiro era condenada por suas publicações, que traziam as palavras controversas de outros personagens que não eles mesmos, ou seja, dos autores. Nesse sentido, a crítica de Quevedo apresentava uma ironia, pois o livreiro pagava pelos crimes dos autores, assim como os escritores eram prejudicados pelas subversões que os livreiros faziam em seus textos (CHARTIER, 2014: 110-111). No imaginário da época, o aspecto cômico da sátira adviria da crença de que os livreiros não eram personagens inocentes. Como indicado por Quevedo, eles facilmente seriam suspeitos de difundirem textos sediciosos, pois suas livrarias seriam o antro de textos escandalosos e zombeteiros.

A versão inglesa de R. L., intitulada *The Visions of Dom Francisco de Quevedo Villegas, Knight of the Order of St. James*, possuía esse mesmo trecho de *Los Sueños y discursos*; contudo, a tradução continha diversas modificações que demonstram a apropriação e a adaptação dessa obra a um novo público (CHARTIER, 2014: 110-114, 187-194; BURKE, 2009). Parece-nos que autor de *The Visions* atualizou o texto para torná-lo mais inteligível e agradável aos leitores ingleses. A passagem sobre o encontro com o livreiro, assim, mudou e,

³ No original: “Pasé adelante por un pasadizo muy oscuro, cuando por mi nombre me llamaron. Volví a la voz los ojos, casi tan medrosa como ellos, y hablome un hombre que por las tinieblas no pude divisar más de lo que la llama que le atormentaba me permitía.

-¿No me conoce? -me dijo-, a... -ya lo iba a decir- ... -y prosiguió, tras su nombre-, el librero. Pues yo soy. ¿Quién tal pensara?

Y es verdad Dios que yo siempre lo sospeché, porque era su tienda el burdel de los libros, pues todos los cuerpos que tenía eran de gente de la vida, escandalosos y burlones. Un rótulo que decía: «Aquí se vende tinta fina y papel batido y dorado»; pudiera condenar a otro que hubiera menester más apetitos por ello.

-¿Qué quiere? -me dijo, viéndome suspenso tratar conmigo estas cosas-, pues es tanta mi desgracia que todos se condenan por las malas obras que han hecho, y yo y todos los libreros nos condenamos por las obras malas que hacen los otros (...)

Más iba a decir, sino que un demonio le comenzó de atormentar con humazos de hojas de sus libros y otro a leerle algunos de ellos. Yo que vi que ya no hablaba, fui-me adelante diciendo entre mí:

-Si hay quien se condena por obras malas ajenas, ¿qué harán los que las hicieron propias?” (QUEVEDO, 1627: s.n.p). Tradução livre.

nela, o personagem não era um livreiro qualquer, mas sim um conhecido na *City*, que se estabelecia em *Pope's Head Alley*:

Eu passei em seguida por um pequeno Beco Escuro, onde me fez começar a ouvir alguém chamar-me pelo meu Nome, e com muita dificuldade eu percebi um sujeito lá todo embrulhado em Fumaça e Chama. Ai de mim! Senhor ele diz; Vós vos esqueceis de vosso velho Livreiro em Pope's Head-Alley? Eu vos clamo Misericórdia, disse eu, O que? vós estais aqui? Sim, Sim, Senhor (diz ele) isso é bem Verdade. Eu nunca sonhei que chegaria a Isto (L., 1667a: 187-188)⁴.

Na segunda edição do livro, lançada no mesmo ano, a referência a Chapman é ainda mais explícita, uma vez que o narrador passou a indicar o nome do livreiro, como pode ser lido a seguir:

Eu passei em seguida por um pequeno Beco Escuro, onde me fez começar a ouvir alguém chamar-me pelo meu Nome, e com muita dificuldade eu percebi um sujeito lá todo embrulhado em Fumaça e Chama. Ai de mim! Senhor ele diz; Vós vos esqueceis de vosso velho Livreiro em Pope's Head-Alley? Eu vos clamo Misericórdia, bom Livewell, disse eu, O que? vós estais aqui? Sim, Sim, Senhor (diz ele) isso é bem Verdade. Eu nunca sonhei que chegaria a Isto (L., 1667b: 187-188)⁵.

A alusão direta ao livreiro evitava que outros agentes do livro que circulavam pela *Pope's Head Alley* fossem identificados com a sátira. O autor, assim, nomeava a quem, de fato, o episódio se referia.

O trecho em questão servia a outros propósitos que não apenas zombar da polêmica entre Chapman e L'Estrange, mas apontar os perigos da imprensa radical. Na tradução, o autor continuava a relatar seu encontro com Chapman, dizendo que

⁴ No original: "I pass'd forward then into a little *Dark Ally*, where it made me start to hear one call me by my Name, and with much ado I perceiv'd a fellow there all wrapt up in *Smoke*, and *Flame*. Alas! Sir says he; *Have you forgotten your old Book-seller in Pope's Head-Alley?* I cry thee Mercy, quoth I, What? *art thou here?* Yes, Yes, Sir (says he) 'tis e'en too True. I never dream't it would have come to This" (L., 1667a: 187-188). Tradução livre.

⁵ No original: "I pass'd forward then into a little *Dark Ally*, where it made me start to hear one call me by my Name, and with much ado I perceived a fellow there all wrapt up in *Smoke*, and *Flame*. Alas! Sir says he; *Have you forgotten your old Book-seller in Pope's Head-Alley?* I cry thee Mercy, good *Livewell*, quoth I, What? *art thou here?* Yes, Yes, Sir (says he) 'tis e'en too True. I never dream't it would have come to This" (L., 1667b: 187-188). Tradução livre.

Ele [Chapman] pensou que eu [“L’Estrange”/“Quevedo”/tradutor] deveria ter pena dele, quando eu o conheci: mas realmente eu refleti bastante sobre a Justiça de sua Punição. Pois em uma palavra, sua Loja era a própria Fonte da Heresia, Cisma, e Sedição. Eu fiz uma Cara de Compaixão entretanto, para Facilitar um pouco para ele, a qual Ele aceitou, e desabafou sua Reclamação. Bom Senhor (diz Ele) Eu gostaria que meu Pai tivesse me feito um Carrasco, quando Ele me fez um Estacionário, pois nós somos chamados para Pagar pelo trabalho de Outros Homens, assim como pelo nosso. (...) Ele teria continuado a falar, se um Demônio não tivesse calado sua Boca com uma Lufada de um rolo de seus próprios Papéis, e o sufocado com a fumaça. A Fumaça Pestilenta teria me matado também, se eu não tivesse prontamente saído do alcance. Mas eu segui meu caminho, dizendo isso para mim mesmo; Se o Livreiro é assim Criminoso, o que será do Autor? (L., 1667b: 187-189)⁶

Quando o tradutor dizia não ter pena das situações de sofrimento e das punições pelas quais Livewell Chapman passava no Inferno, ele justificava seu sentimento com a ideia de que o livreiro sofrera um castigo divino por todas as heresias que disseminou. Seu negócio em Pope’s Head Alley, inclusive, foi descrito como uma fonte de onde emanavam heresias, sedições e cismas. Se considerarmos que as livrarias funcionavam também como espaços de encontro, debate, pregação e, em certos casos, de conspiração, a crítica do tradutor enfatizava que o comportamento de Chapman em sua loja havia o levado à desgraça (JOHNS, 1998; CAMBERS, 2013; SMITH, 1997). O livreiro era o culpado pela angústia que sofria, pois, em vida, ele fornecera os textos impressos e o lugar de discussão para que ideias controversas fossem disseminadas.

No Inferno, entretanto, Chapman se mostrava arrependido da conduta que levava em sua vida. Ele lamentava que seu pai o tivesse registrado como aprendiz de estacionário, ao

⁶ No original: “He thought I must needs pity him, when I knew him: but truly I reflected rather upon the Justice of his Punishment. For in a word, his Shop was the very Mint of *Heresy*, *Schisme*, and *Sedition*. I put on a Face of *Compassion* however, to give him a little Ease, which He took hold of, and vented his Complaint. *Well Sir* (sayes He) *I would my Father had made me a Hangman, when He made me a Stationer*; for we are call’d to Accompt for Other Men’s works, as well as for our Own. (...) He would have talk’t on, if a Devil had not stop’t his Mouth with a Whiffe from a rowle of his own Papers, and Choak’t him with the smoak on’t. The Pestilent Fume would have dispatch’t me too, if I had not got presently out of the Reach on’t. But I went my way, saying this to my self; If the *Book-seller* be thus Criminal, what will become of the *Author*?” (L., 1667b: 187-189). Tradução livre.

invés de ter propiciado ao filho uma atividade menos penosa. Na passagem, ele dizia que era difícil ser livreiro, pois ele era obrigado a pagar pelos seus erros e pelos dos outros, isto é, dos autores que escreveram as polêmicas, as heresias e as obras sediciosas que ele publicara e vendera em vida. O livreiro descrito no satírico *The Visions de Dom Francisco de Quevedo* demonstrava a sua infelicidade em sempre ser culpabilizado por qualquer ideia sediciosa que comercializasse, mesmo não sendo o autor. Vale destacar que essa atribuição de culpa também se devia ao fato de que livreiros-editores como Chapman tornavam esses pensamentos *públicos*. Se um autor escrevesse um manuscrito controverso, ele não teria a mesma amplitude que um impresso, mas se alguém imprimisse e publicasse o título, qualquer leitor poderia ter acesso às suas reflexões radicais (MCELLIGOTT, 2007: 150-151).

A apreciação de Chapman sobre a situação do mercado editorial londrino, no entanto, foi subitamente interrompida, visto que o narrador de *The Visions* conta que um demônio calou o livreiro com um rolo de seus próprios papéis e uma fumaça pestilenta. A cena de violência foi construída pelo autor de modo a ressaltar a materialidade dos títulos sediciosos que, depois de pecarem, se tornaram um fardo para Chapman. Assim como Jonathan Swift, em 1704, retratou e descreveu os livros polêmicos da *King's Library* como textos segregados e punidos com detalhes metálicos em suas capas, que funcionavam tal como algemas e correntes⁷, R. L. apresentava os panfletos de Chapman como armas que se voltaram contra a sedição do livreiro (LANDER, 2006: 1-4). Se anteriormente esses mesmos textos causaram tantos problemas para as autoridades, agora eles penitenciavam seu criador, sufocando-o em sua danação infernal.

A cena surpreendeu o autor de *The Visions*, que saiu rapidamente da viela em que encontrara o estacionário de Pope's Head Alley, perguntando-se sobre qual seria o castigo dos escritores das obras sediciosas, se os livreiros eram assim punidos. Seu questionamento apresentava um breve relato sobre um processo de mudança na ideia de autoria e na concepção da posse sobre os textos. R. L. indicava a necessidade de também responsabilizar o autor por suas palavras, mas na época em que Livewell Chapman difundira seus textos

⁷ Jesse Lander analisa a questão em seu prefácio do livro *Inventing Polemic*. Segundo o autor, no conto *The Battle of the Books*, publicado por Swift em 1704, a materialidade dos livros controversos era subvertida para mostrar como eles eram castigados nas bibliotecas. Se antes circularam e provocaram sedição, agora estavam enclausurados e algemados por grossas capas que lhes impediam de causar novos tumultos (LANDER, 2006: 1-4).

controversos, os produtores materiais dos livros eram os maiores alvos da censura, porque, como dito anteriormente, eram eles que detinham os direitos de propriedade sobre os títulos que imprimiam e publicavam (PORTELA, 2003).

b) Mensageiros de Deus

Embora diversos livreiros tenham sido, muitas vezes, “condenados ao inferno”, como Chapman, ou descritos como personagens perigosos e duvidosos, eles tentaram se esquivar dessas representações negativas, expondo suas próprias visões sobre a profissão. Alguns agentes livreiros, por exemplo, defendiam seu ofício caracterizando-o de forma divina. Como demonstrado por Chartier, personagens como Alonso Cabrera e Alonso Víctor de Paredes, na Espanha, e Joseph Moxon, na Inglaterra, utilizaram a metáfora de Deus como um impressor, que imprimiu a humanidade à sua imagem e semelhança diversas vezes, para consagrar suas atividades no mercado de impressos (CHARTIER, 2007: 92-94). Por meio dessa metáfora, impressores e livreiros esquivavam-se das acusações de traiçoeiros, ou de personagens que visavam apenas ao lucro. Contrariamente, descreviam-se como figuras benevolentes que davam forma às mensagens.

Em alguns casos, os agentes do mercado livreiro foram, inclusive, comparados a profetas. De acordo com Jonathan Green, assim como os mensageiros divinos, os impressores e livreiros amplificavam as palavras de Deus ao imprimirem e publicarem textos que espalhavam os desígnios do Criador (tais como a Bíblia, exegeses, entre outros textos sagrados), sendo assim, sua função poderia ser descrita tal como uma benção (GREEN, 2012: 3-4).

c) Trabalhadores Mecânicos

Outros impressores e livreiros adotavam, por sua vez, uma tópica mais modesta para justificar seu trabalho. Argumentavam que eram meros trabalhadores mecânicos, que por vezes, mal liam aquilo que publicavam. Exemplo disso é o caso do livreiro londrino, Thomas Brewster, que, ao ser acusado por L’Estrange pelo crime de sedição por ter comercializado textos contrários à monarquia recém-restaurada na década de 1660, argumentou que “Os

Livreiros não costumam ler o que eles vendem” (ANÔNIMO, 1664: 44-45). Brewster, assim indicava que os livreiros atuavam apenas como trabalhadores, que executavam seu ofício pela necessidade financeira. Não podiam, nesse sentido, se comprometer pelos horrores proferidos por alguns autores.

Obviamente, Brewster, nesse momento, tentava evitar as graves punições que poderia receber caso fosse considerado culpado por sedição. A atuação dos livreiros no mercado de impressos demonstrava que eles tinham claro conhecimento sobre o que publicavam, selecionando os textos de acordo com seus conteúdos e com as perspectivas de ganhos financeiros advindas de sua publicação (DARNTON, 1992).

Paralelamente, a frase do livreiro pode nos indicar outra questão importante: a forma como o mercado de impressos se transformava depois da Restauração. Entre o final do século XVII e o início do século XVIII, as leis que regiam o funcionamento do comércio de textos se modificaram bastante, uma vez que Carlos II tentava retomar o controle sobre a imprensa. Nesse processo, o foco nos personagens responsáveis pela produção material dos textos começou a se deslocar para a figura do autor. Algumas décadas à frente, entre 1710 e 1774, os escritores começaram a ser considerados, de fato, como os donos de sua criação, sendo os detentores do *copyright*, ou seja, da propriedade intelectual e econômica sobre seu texto. A culpa do livreiro, nesse sentido, foi, aos poucos, se tornando a culpa do autor.

3. Considerações Finais

Com os exemplos aqui apresentados, não pretendemos fazer conclusões definitivas, mas lançar um questionamento: em um momento no qual a autoria (tal como descrita por Foucault em sua célebre conferência de 1969, *O que é o autor?*) ainda não estava definida, no qual o autor ainda nem tinha necessariamente a posse sobre sua obra, que impacto os impressores e livreiros poderiam ter sobre a circulação de um texto (FOUCAULT, 2001)? Após o século XVIII, vemos inúmeras obras circulando e se tornando *best-sellers* por conta do nome próprio do autor, que carrega um valor, ou uma *função*; mas, antes disso, será que os livreiros e impressores também não desempenhavam uma *função* fundamental no discurso?

Nossa sugestão aqui não é deixar os autores de lado e somente levar em consideração a contribuição dos livreiros e impressores para analisar as obras anteriores ao século XVIII,

mas indicar que talvez seja possível afirmar que esses outros personagens também afetassem as interpretações ou mesmo a credibilidade a respeito dos textos que imprimiam e vendiam. Por exemplo, uma obra publicada por um livreiro e um impressor que não estivessem envolvidos em polêmicas, poderia ser mais “crível” que um lançado por impressores e livreiros polêmicos – como Chapman –, cuja audiência poderia duvidar da veracidade das informações de suas obras.

Sendo assim, consideramos a importância de refletir a respeito do questionamento aqui colocado. Pensar sobre quais *funções* outros personagens, além dos autores, exercem no discurso pode ser uma tarefa produtiva para os estudos de História do Livro e da Leitura, contribuindo para a complexificação da compreensão da circulação e da recepção das diversas ideias que foram disseminadas por meio da imprensa na Época Moderna.

Bibliografia

a) Fontes

ANÔNIMO. *An exact narrative of the tryal and condemnation of John Twyn, for printing and dispersing of a treasonable book, with the tryals of Thomas Brewster, bookseller. Simon Dover, printer. Nathan Brooks, bookbinder, for printing, publishing, and uttering of seditious, scandalous, and malicious pamphlets. At Justice-Hall in the Old-Bayly London, the 20th. and 22th. of February 1663/4. Published by authority.* London: printed by Thomas Mabb for Henry Brome at the Gun in Ivy-lane, 1664.

L., R. *The Visions of Dom Francisco de Quevedo Villegas, Knight of the Order of St. James. Made in English by R. L.* London: Printed for H. Herringman at the Sign of the Blew Anchor in the Lower walk of the New Exchange, 1667.

L., R. *The Visions of Dom Francisco de Quevedo Villegas, Knight of the Order of St. James. Made in English by R. L. The Second Edition Corrected.* London: Printed for H. Herringman at the Sign of the Blew Anchor in the Lower walk of the New Exchange, 1667.

QUEVEDO, Francisco de. *Sueños y discursos de verdades descubridoras de abusos, vicios y engaños en todos los oficios y estados del mundo*. Barcelona: Esteban Liberós, a costa de Juan Sopera, 1627. s.n.p. Edição digital da Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, disponível on-line em: <[*b\) Fontes*](http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor-din/suenos-y-discursos-de-verdades-descubridoras-de-abusos-vicios-y-enganos-en-todos-los-oficios-y-estados-del-mundo--0/html/fedb80d0-82b1-11df-acc7-002185ce6064_4.html#I_11_>, acessado em 13/11/2015.</p></div><div data-bbox=)

BARNARD, John; MCKENZIE, D.F.; BELL, Maureen (eds.). *The Cambridge History of the Book in Britain*, vol.4. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

BELL, Maureen ‘Chapman, Livewell (fl. 1643–1665)’, *Oxford Dictionary of National Biography*, Oxford University Press, 2004. Disponível on-line em: <<http://www.oxforddnb.com/view/article/67700>>, acessado em 17/07/2015.

BURKE, Peter. “Introdução”. In: BURKE, Peter; HSIA, R. Po-chia (orgs.). *A tradução cultural: nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Unesp, 2009.

CAMBERS, Andrew. *Godly Reading: print, manuscript and puritanism in England, 1580-1720*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

CHARTIER, Roger. “História intelectual do autor e da autoria”. In: FAUHABER, Priscila; LOPES, José Sérgio Leite (orgs.). *Autoria e história cultural da ciência*. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2012.

CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Unesp, 2014.

CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Unesp, 2002.

DARNTON, Robert. *Edição e Sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

EZELL, Margaret. "Performance Texts: Arise Evans, Grace Carrie, and the interplay of oral and handwritten traditions during the print revolution". *ELH*, 76, 2009, pp.49–73.

FEATHER, John. "From rights in copies to copyright: the recognition of authors' rights in English law and practice in the sixteenth and seventeenth centuries". *Cardozo Arts and Entertainment*, Vol.10., 1991-1992. pp.455-473.

FOUCAULT, Michel. "O que é um autor?". In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema*. Vol. III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

GONZÁLEZ, Paloma Otaola. *Coordenadas Filosóficas del Pensamento de Quevedo: obras filosóficas y satírico-morales*. Alicante: Editorial Club Universitario, 2004.

GREAVES, Richard L. *Deliver us from evil: the radical underground in Britain, 1660-1663*. Oxford: Oxford University Press, 1986.

GREEN, Jonathan. *Printing and Prophecy: prognostication and media change 1450-1550*. Michigan: The University of Michigan Press, 2012.

JOHNS, Adrian. *The Nature of the Book: Print and Knowledge in the Making*. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

KEEBLE, N. H. *The Restoration: England in the 1660s*. Cornwall, Blackwell, 2002.

LANDER, Jesse M. *Inventing Polemic: religion, print and literary culture in Early Modern England*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

LIMA, Verônica Calsoni. “*Impresso para ser vendido na Crown em Pope’s Head Alley*”: Hannah Allen, Livewell Chapman e a disseminação de panfletos radicais religiosos durante a Revolução Inglesa (1646-1665). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Paulo, 2016.

LOVE, Harold. ‘L’Estrange, Sir Roger (1616–1704)’, *Oxford Dictionary of National Biography*, Oxford University Press, 2004; online edn, Oct 2007. Disponível on-line em: <<http://www.oxforddnb.com/view/article/16514>>, acessado em 4/11/2015.

MCELLIGOTT, Jason. “Introduction”. In: KEMP, Geoff; MCELLIGOTT, Jason (eds.). *Censorship and the Press, 1580-1720*. Vol. 2: 1640-1660. London: Pickering & Chatto, 2009.

MCELLIGOTT, Jason. “The Book Trade, Licensing, and Censorship”. In: KNOPPERS, Laura (ed.). *The Oxford Handbook of Literature and the English Revolution*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

MCELLIGOTT, Jason. *Royalism, Print and Censorship in Revolutionary Press*. Woodbridge: The Boydell Press, 2007.

MOLLIER, Jean-Yves. “A história do livro e da edição: um observatório privilegiado do mundo mental dos homens do século XVIII ao século XX”. *Varia História*, Belo Horizonte, Vol.25, n.42, 2009, pp.521-537.

PORTELA, Manuel. *O Comércio da Literatura*. Lisboa: Antígona, 2003.

RAYMOND, Joad. *Pamphlets and Pamphleteering in Early Modern Britain*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

ROSE, Mark. *Authors and Owners: the invention of copyright*. Massachusetts: Harvard University Press, 1994.

ROSTENBERG, Leona. *Literary, Political, Scientific, Religious and Legal Publishing, Printing and Bookselling in England, 1551-1700: Twelve Studies*, vol. I. New York: Burt Franklin, 1965.

SMITH, Nigel. *Literature & Revolution in England, 1640-1660*. New Haven: Yale University Press, 1997.

SOUZA, Cíntia Medina de. *Entre a proteção da propriedade e a manutenção do monopólio: o debate sobre a regulamentação do mercado de livros na Inglaterra de 1662 a 1774*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2013.